



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE JUIZ LEIGO NO ÂMBITO DOS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

001. PROVA OBJETIVA

JUIZ LEIGO

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- Não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 3 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

01. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a sua correção, essa parte entrará em vigor
- (A) em quarenta e cinco dias após a entrada em vigor da lei corrigida.
 - (B) em trinta dias após oficialmente publicada a correção.
 - (C) em quinze dias após oficialmente publicada a correção.
 - (D) em quarenta e cinco dias após oficialmente publicada a correção.
 - (E) no mesmo prazo da lei corrigida.
02. Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Os pais são responsáveis pelos atos praticados por seus filhos menores, mesmo que não estejam sob a sua autoridade e companhia.
 - (B) O empregador, por culpa ou dolo, é responsável pelos atos praticados por seus empregados.
 - (C) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
 - (D) O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que a vítima tenha agido com culpa.
 - (E) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
03. José contratou um advogado para defendê-lo em uma ação de cobrança. Tendo sido julgada improcedente a demanda, recomendou que fosse feita a apelação, entretanto, seu recurso foi julgado deserto, pois não houve o pagamento das custas recursais. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) José tem direito a ser indenizado pelo advogado por danos materiais e morais, pelo abalo sofrido.
 - (B) José não tem direito a ser indenizado, por se tratar de mero dano hipotético, uma vez que a ação já havia sido julgada improcedente.
 - (C) José tem direito a ser indenizado pelo advogado por danos materiais, equivalente ao valor cobrado na ação.
 - (D) José tem direito a ser indenizado pelo advogado pela perda da chance de ver revertida a decisão.
 - (E) José não tem direito a ser indenizado, pois deveria fiscalizar o trabalho de seu advogado, já que outorgou mandato.
04. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha. Esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público. Nesse caso, o proprietário ou o possuidor, causador delas,
- (A) pagará ao vizinho indenização cabal e se comprometerá a desfazer as interferências assim que possível, caso exigido pelo vizinho.
 - (B) pagará ao vizinho indenização pelos danos morais e materiais provocados.
 - (C) pagará ao vizinho indenização cabal, apenas.
 - (D) deverá desfazê-la assim que possível, apenas.
 - (E) não necessitará pagar qualquer indenização.
05. O prazo prescricional para o segurado entrar com uma ação contra a seguradora a fim de ser ressarcido por danos materiais que se comprometeu a pagar em acordo judicial de indenização, em ação movida pela vítima, começa a partir da data
- (A) da citação do segurado para a ação indenizatória.
 - (B) em que o segurado foi demandado judicialmente pelo autor da ação de indenização.
 - (C) da ocorrência do sinistro que deu ensejo à demanda.
 - (D) em que o segurado pode demandar judicialmente a satisfação do direito, com o pagamento da última parcela.
 - (E) da homologação do acordo entre o segurado e o autor da ação indenizatória.
06. Quando houver condomínio de coisa indivisível, e os consortes não quiserem adjudicá-la a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda,
- (A) o condômino que possua benfeitorias úteis em detrimento do que possua outro tipo de benfeitoria.
 - (B) em condições iguais, entre os condôminos, aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas.
 - (C) terceiro que apresente melhor oferta em detrimento de condômino que possua quinhão menor.
 - (D) em condições iguais, aquele que tiver quinhão maior em detrimento do que possuir benfeitorias mais valiosas.
 - (E) terceiro que apresente melhor oferta em detrimento de condômino que não utilize a coisa para seu proveito.
07. A respeito do direito de superfície e seu reconhecimento, assinale a alternativa correta.
- (A) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante contrato particular.
 - (B) A concessão da superfície ocorrerá apenas na modalidade gratuita.
 - (C) O direito de superfície não se pode transferir a terceiros ou, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.
 - (D) O superficiário não responde pelos encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel.
 - (E) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.

- 08.** Em se tratando de loteamento, ocorrendo o cancelamento do registro por inadimplemento do contrato, somente será efetuado novo registro relativo ao mesmo lote, se for comprovada a restituição do valor pago pelo vendedor ao titular do registro cancelado, ou mediante depósito em dinheiro à sua disposição junto ao Registro de Imóveis, se tiver havido o pagamento de mais de(do)
- (A) 1/3 do preço ajustado.
 - (B) 1/2 do preço ajustado.
 - (C) 1/4 do preço ajustado.
 - (D) total do preço ajustado.
 - (E) 2/3 do preço ajustado.
- 09.** Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do
- (A) certificado de licenciamento, no caso de veículos, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor.
 - (B) contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do credor.
 - (C) contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor.
 - (D) contrato, celebrado por instrumento público, com caso de bens imóveis, no Registro de Imóveis do domicílio do devedor.
 - (E) certificado de garantia, celebrado por instrumento particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do credor.
- 10.** Quanto à responsabilidade do transportador de pessoas, assinala a alternativa correta.
- (A) É ilícito ao transportador exigir a declaração do valor da bagagem a fim de fixar o limite da indenização.
 - (B) Responde pelos danos causados às pessoas transportadas, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade.
 - (C) A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro é elidida por culpa de terceiro.
 - (D) Subordina-se às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.
 - (E) A bagagem deverá estar caracterizada pela sua natureza, valor, peso e quantidade para ser indenizada.
- 11.** Caracteriza desconsideração da personalidade jurídica inversa o(a)
- (A) liquidação da pessoa jurídica e o aumento patrimonial dos sócios.
 - (B) desvio de finalidade da pessoa jurídica.
 - (C) não integralização das cotas sociais da pessoa jurídica.
 - (D) esvaziamento do patrimônio pessoal do sócio, transferindo-o a pessoa jurídica.
 - (E) abuso na administração de pessoa jurídica para fins pessoais.
- 12.** Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse
- (A) o décimo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
 - (B) a metade do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
 - (C) o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
 - (D) um terço do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
 - (E) três vezes o maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
- 13.** Terceiro interessado, que paga a dívida em seu próprio nome,
- (A) tem direito a reembolsar-se do que pagar.
 - (B) poderá escolher o lugar do pagamento.
 - (C) sub-roga-se nos direitos do credor.
 - (D) não tem direito à quitação regular.
 - (E) não extingue a obrigação.
- 14.** A fiança
- (A) admite interpretação extensiva.
 - (B) pode ser concedida às obrigações nulas, ainda não declaradas.
 - (C) dar-se-á de forma verbal ou escrita.
 - (D) deve ser concedida apenas com o consentimento do devedor.
 - (E) pode ser de valor inferior ao da obrigação principal.
- 15.** Quem cumprir, sem o saber, obrigação judicialmente inexigível,
- (A) não tem direito à repetição.
 - (B) tem direito à ação regressiva.
 - (C) tem direito a ser restituído.
 - (D) tem direito a ser restituído, além de perdas e danos.
 - (E) deve provar ter cumprido por erro, portanto, de boa-fé.

16. Conforme o art. 177 do CPC, os atos processuais são praticados nos prazos previstos em lei. No entanto, se a lei for omissa, o prazo será
- (A) aquele que for convencionado pelas partes por petição conjunta, na audiência preliminar do art. 333 do CPC, sendo que ao juiz caberá apenas a homologação do prazo por elas indicado.
 - (B) aquele que for convencionado pelas partes por petição conjunta, sendo que, na falta desta convenção, o prazo será de cinco dias para atos ordinatórios, como a juntada de documentos, e de dez dias para os demais.
 - (C) aquele fixado expressamente pelo juiz, sendo que, se este nada determinar, o prazo será aquele convencionado pelas partes, as quais serão intimadas para tanto.
 - (D) aquele fixado expressamente pelo juiz, sendo que, se este nada determinar, o prazo será de, obrigatoriamente, cinco dias, seja qual for o ato processual a ser praticado.
 - (E) de cinco dias, obrigatoriamente, conforme determinado expressamente pelo código de processo civil, não podendo o órgão julgador fixar prazo diferenciado.
17. Com relação à teoria das nulidades processuais, pode-se afirmar que
- (A) a nulidade de uma parte do ato processual prejudica as demais, ainda que dela sejam independentes.
 - (B) os atos processuais eivados de nulidade absoluta produzem efeitos enquanto não forem assim declarados pelo órgão julgador.
 - (C) ainda que não haja prejuízo para as partes, os atos processuais nulos devem ser repetidos e sanados para poderem ter eficácia.
 - (D) se o juiz puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveita a nulidade, o juiz a pronunciará e mandará repetir o ato, antes de proferir a sentença, já que não há nulidade sem prejuízo.
 - (E) em razão do princípio da concatenação dos atos processuais, o erro de forma de um ato processual acarreta a nulidade de todos que o seguem, ainda que o ato processual em si tenha atingido sua finalidade.
18. Conforme o artigo 286 do CPC, o pedido deve ser certo ou determinado. No entanto, admitem-se os chamados pedidos implícitos nas seguintes hipóteses:
- (A) existência de pedido de tutela antecipada que represente estrita antecipação do pedido final, caso em que este será dispensado.
 - (B) correção monetária, ônus da sucumbência e cominação de multa astreinte.
 - (C) pedidos incontroversos, prestações vincendas e juros.
 - (D) pedidos incontroversos, honorários da sucumbência e multa.
 - (E) pedidos possessórios, custas e correção monetária.
19. Quanto à nomeação à autoria, como forma de intervenção de terceiros, pode-se dizer que
- (A) além de ser obrigatória para o réu, tem por finalidade a correção da legitimidade passiva, somente em duas hipóteses: detenção e reparação de danos causados em decorrência de atos ilícitos praticados por preposto a mando do patrão.
 - (B) além de ser facultativa para o réu, tem por finalidade a correção da legitimidade passiva, em qualquer tipo de tutela jurisdicional em que haja equívoco na indicação daquele que deve ocupar o polo passivo da ação.
 - (C) além de ser obrigatória para o réu, tem por finalidade a correção da legitimidade passiva, em qualquer tipo de tutela jurisdicional em que haja equívoco na indicação daquele que deve ocupar o polo passivo da ação.
 - (D) tem por finalidade, em nome da economia processual, promover ação regressiva contra aquele que está obrigado a indenizar, seja por lei ou por contrato, sendo que se trata de intervenção facultativa para o réu.
 - (E) tem por finalidade trazer para o processo aquele que deve tanto quanto o réu, sendo que este, por expressa disposição legal, está obrigado a nomear.
20. Conforme a lei processual, o valor da causa constará sempre da petição inicial e será correspondente ao
- (A) pedido de maior valor, quando se tratar de pedido subsidiário.
 - (B) valor de todas as prestações vincendas e mais doze das vencidas, quando se pedirem umas e outras, e o contrato for por tempo indeterminado.
 - (C) valor do pedido, exceto nas causas de valor inestimável, como é o caso da investigação de paternidade, caso em que a lei permite não seja dado valor expresso à causa.
 - (D) valor do pedido principal, quando se tratar de pedido alternativo.
 - (E) valor do contrato, quando o litígio tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação ou a rescisão de negócio jurídico.
21. Com relação aos atos processuais destinados à comunicação, é correto afirmar que a(s)
- (A) intimação, para os membros do Ministério Público, bem como da Defensoria Pública, deve ser realizada por meio de Diário Oficial eletrônico.
 - (B) citação, para os réus domiciliados em outra comarca, deverá, obrigatoriamente, ser realizada por carta precatória.
 - (C) intimações nos processos pendentes não podem ser efetuadas de ofício.
 - (D) intimação, nas localidades em que não há circulação de Diário Oficial, deve ser realizada exclusivamente pelo correio, sendo vedado ao escrivão praticar tal ato pessoalmente.
 - (E) citação, para os réus domiciliados em outra comarca, poderá ser realizada tanto pelo correio como por carta precatória, tendo o autor o direito de escolha.

22. A petição inicial será inepta quando
- (A) quando o tipo de procedimento escolhido pelo autor não corresponder à natureza da causa.
 - (B) for indeferida, seja qual for o motivo do indeferimento.
 - (C) o pedido for juridicamente impossível.
 - (D) as partes forem ilegítimas ou faltar interesse processual.
 - (E) da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão, ainda que os pedidos sejam compatíveis entre si.
23. Compete especialmente ao Defensor Público, entre outras funções,
- (A) exercer a função de curador nos processos em que ao Juiz competir a nomeação, inclusive a de procurador à lide do interditando, quando a interdição for pedida pelo órgão do Ministério Público e na Comarca não houver tutor judicial.
 - (B) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - (C) propor ação na defesa da parte sob seu patrocínio, com exceção das questões relativas aos direitos dos consumidores, cuja competência é afeta exclusivamente aos membros do Ministério Público.
 - (D) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
 - (E) propor ação na defesa da parte sob seu patrocínio, sendo que não poderá deixar de promover a ação, ainda quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio.
24. Conforme a classificação quinária de Pontes de Miranda, as ações classificam-se em:
- (A) conhecimento, execução, cautelares, ordinária e sumária.
 - (B) condenatória, declaratória e constitutiva.
 - (C) declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva *lato sensu*.
 - (D) condenatória, inibitória, declaratória, constitutiva e mandamental.
 - (E) inibitória, mandamental, ressarcitória, executiva e constitutiva.
25. Assinale a alternativa correta, com relação à defesa do réu, no procedimento ordinário.
- (A) A exceção declinatória de foro deve ser apresentada em preliminar de contestação.
 - (B) Contestação e reconvenção devem ser apresentadas em peças separadas, as quais devem ser protocoladas simultaneamente, sob pena de preclusão.
 - (C) Contestação e reconvenção devem ser apresentadas em peças separadas, podem ser protocoladas em dias diferentes, desde que dentro do prazo de quinze dias.
 - (D) A reconvenção deve ser apresentada na mesma peça contestatória, como pedido contraposto.
 - (E) A impugnação ao valor da causa deve ser ofertada antes da contestação, sob pena de preclusão.
26. A respeito do princípio da demanda, é correto afirmar que
- (A) o interessado deve ter a iniciativa quanto ao exercício de sua pretensão em juízo, sendo que o princípio da demanda é excludente princípio do impulso oficial.
 - (B) permite que as partes possam tecer suas alegações ao longo de todo o processo, inclusive no segundo grau, não havendo que se falar em preclusão.
 - (C) prevê que cabe ao órgão julgador determinar, de ofício, todas as providências necessárias com vistas à satisfação do direito do autor, ainda que este não o tenha requerido.
 - (D) o interessado deve ter a iniciativa quanto ao exercício de sua pretensão em juízo, sendo que o princípio da demanda é complementado pelo princípio do impulso oficial.
 - (E) assegura a todos os jurisdicionados o direito constitucional de demandar, de forma ampla e ilimitada.
27. A jurisprudência mais recente de nossos tribunais entende que regra do ônus da prova, conforme disposto no art. 333 do CPC, não deve ser considerada estática, permitindo-se, por exceção, a distribuição dinâmica do ônus da prova, o que significa dizer que
- (A) não se concebe distribuir o ônus probatório de modo diverso do quanto disposto em lei, apenas quando as partes puderem convencionar de modo diverso essa mesma distribuição.
 - (B) o juiz deverá distribuir inversamente o ônus da prova quando, presentes certas circunstâncias, uma das partes estiver em melhores condições de produzir a prova que a outra, como é o caso da prova considerada diabólica.
 - (C) o órgão julgador deverá, quando da prolatação da sentença, inverter o ônus da prova, de modo dinâmico e discricionário, sempre que verifique que a prova do fato constitutivo do direito do autor está em poder do réu.
 - (D) a incumbência de quem poderia cumprir o ônus da prova mais facilmente deve ser analisada pelo órgão julgador no momento de proferir a decisão, o qual deverá atribuí-lo a quem, por impossibilidade lógica e natural, não conseguiria.
 - (E) ao autor caberá sempre a prova dos fatos constitutivos e estáticos do seu direito, enquanto ao réu caberá a prova dos fatos liberatórios ou dinâmicos do direito do autor.

28. Litispendência é

- (A) repetição de uma mesma ação em que já foi proferida sentença, com trânsito em julgado.
- (B) repetição de uma mesma ação que está em curso, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir mais abrangente que engloba a da outra ação.
- (C) mais de uma pessoa em um, ou em ambos os polos da ação.
- (D) repetição de uma mesma sentença no processo.
- (E) repetição de uma mesma ação que está em curso, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir.

29. Em determinado processo, de procedimento ordinário, em que há dois réus, com procuradores diferentes, um deles (A) foi citado no dia 03/02/2014, tendo sido juntado o mandado aos autos no dia 04/02/2014. O outro réu (B) foi citado no dia 06/03/2014, tendo o mandado sido juntado aos autos, no dia 10/03/2014. Assim, sabendo-se que o prazo determinado na lei, para a contestação, é de quinze dias, é correto afirmar que

- (A) o prazo para ambos os réus iniciará da juntada aos autos do último mandado juntado, sendo contado em dobro.
- (B) o prazo será contado, para cada um dos réus, a partir da juntada de seu respectivo mandado, de forma simples, ou seja, não será computado em dobro.
- (C) o prazo será contado, para cada um dos réus, a partir da juntada de seu respectivo mandado e será computado em dobro.
- (D) o prazo para ambos os réus iniciará da data em que a citação for efetivada, sendo contado de forma simples e independente para cada um dos réus.
- (E) o prazo para ambos os réus iniciará da juntada aos autos do primeiro mandado juntado, sendo contado de forma simples.

30. É correto afirmar que, para o réu revel,

- (A) se tiver sido citado por hora edital ou hora certa, a revelia somente será decretada após nova tentativa de citação por oficial de justiça, sob pena de nulidade.
- (B) o efeito da revelia, no sentido de considerar verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor ocorrem para o réu revel ainda que se trate de litisconsórcio unitário, em que um deles ofertou contestação, no prazo.
- (C) o processo será recebido no estado em que se encontra, o que significa dizer que o réu revel poderá produzir provas, inclusive, após a sentença ser prolatada.
- (D) os prazos correm independentemente de intimação, salvo se tiver advogado constituído nos autos, caso em que deverá ele ser intimado de todos os atos do processo.
- (E) os prazos somente correrão após a juntada do mandado de intimação pessoal, a ser expedido para cada ato, cuja ciência o juiz determinar.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

31. Apresentada, em audiência, carta de preposição sem reconhecimento de firma, o juiz deve

- (A) considerar válida a assinatura, salvo se instaurado incidente de falsidade documental, por iniciativa da parte contrária, com produção da respectiva perícia grafotécnica.
- (B) admitir sua validade, desde que verificada a semelhança da assinatura com a dos atos constitutivos da demandada, com base na simplicidade e na informalidade, podendo, caso arguida falsidade, deferir prazo para a apresentação de carta com firma reconhecida.
- (C) redesignar a audiência para nova data, quando a demandada deverá comparecer regularmente representada.
- (D) decretar a revelia e proferir sentença, pois trata-se de requisito legal para a validade da representação.
- (E) dar andamento à audiência, porquanto a relação de preposição pode ser demonstrada por testemunhas.

32. Nos Juizados Especiais Cíveis, decretada a falência da demandada,

- (A) os autos serão remetidos ao Juízo em que estiver tramitando a falência.
- (B) o processo será extinto sem resolução do mérito.
- (C) o processo ficará suspenso até a citação da massa falida, na pessoa de seu administrador judicial.
- (D) o processo prosseguirá, sem solução de continuidade, em face da massa falida.
- (E) os autos serão distribuídos à vara cível da mesma comarca, observando-se o procedimento comum.

33. A menor complexidade da causa, para efeito da competência do Juizado Especial Cível, pode ser aferida

- (A) a partir da necessidade ou não de prova técnica.
- (B) em face do direito material em disputa, independentemente de previsão legal expressa.
- (C) em face da existência ou não de prova pré-constituída.
- (D) diante dos fundamentos jurídicos da demanda do autor.
- (E) com base no objeto da prova.

34. Nos Juizados Especiais Cíveis, reconhecida a incompetência territorial,
- (A) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, com a anulação apenas dos atos decisórios praticados até então.
 - (B) os autos só devem ser remetidos ao Juizado do foro competente se o réu demonstrar efetivo prejuízo à sua defesa, caso contrário, há prorrogação de competência.
 - (C) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, preservando-se todos os atos processuais até então praticados.
 - (D) o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, por expressa determinação legal.
 - (E) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, com a anulação de todos os atos processuais praticados até então.
35. Assinale a alternativa que aponta causa de competência do Juizado Especial Cível.
- (A) Ação de despejo para uso próprio.
 - (B) Ação monitória, cujo valor não supere 40 salários mínimos.
 - (C) Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança, cujo valor não supere 40 salários mínimos.
 - (D) Ação revisional de aluguel.
 - (E) Ação coletiva, cujo valor não supere 40 salários mínimos.
36. Assinale a alternativa que aponta pessoa admitida a propor ação perante o Juizado Especial Cível.
- (A) A microempresa, assim definida nos termos da lei.
 - (B) O preso, desde que devidamente assistido.
 - (C) O insolvente civil.
 - (D) A pessoa jurídica de direito público.
 - (E) A pessoa física absolutamente incapaz, desde que representada nos termos da lei civil.
37. Nos Juizados Especiais Cíveis, admite-se
- (A) chamamento ao processo.
 - (B) litisconsórcio ulterior.
 - (C) assistência litisconsorcial.
 - (D) denúncia da lide à seguradora.
 - (E) assistência simples.
38. Nos Juizados Especiais Cíveis, a citação
- (A) postal de pessoa jurídica depende do seu recebimento pelo representante legal.
 - (B) não pode ter sua nulidade aduzida pelo réu que comparece a sessão conciliatória.
 - (C) se realizará por edital, quando inacessível o local onde se encontrar o demandado.
 - (D) poderá ser realizada por oficial de justiça, dependendo, para tanto, de mandado ou carta precatória.
 - (E) quando realizada por hora certa dispensa o envio de carta de cientificação ao demandado.
39. Sobre a figura do preposto, como representante da pessoa jurídica nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:
- (A) o preposto deve ser sócio ou empregado da pessoa jurídica que representa.
 - (B) admite-se a acumulação simultânea das funções de preposto e de advogado na mesma pessoa.
 - (C) o titular de firma individual não poderá se fazer representar por preposto.
 - (D) o preposto empregado não possui poderes para prestar depoimento pessoal, sendo indispensável a presença de sócio.
 - (E) o comparecimento do representante legal da pessoa jurídica, na forma de seus atos constitutivos, dispensa carta de preposição.
40. Nos Juizados Especiais Cíveis, sobre a assistência por advogado, pode-se afirmar que
- (A) o mandato conferido ao advogado pela parte deve ser escrito, na forma de procuração.
 - (B) não cabe ao juiz alertar as partes da conveniência do patrocínio por advogado, mesmo quando a causa o recomendar.
 - (C) se uma das partes estiver representada por advogado, a outra não poderá recusar assistência judiciária.
 - (D) a assistência obrigatória tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.
 - (E) a assistência é obrigatória na audiência de instrução, seja qual for o valor da causa.

41. Devem ser afastados os efeitos da revelia quando o demandado
- (A) deixa de apresentar contestação, mas é favorecido pelos elementos apresentados em contestação de seu litisconsorte.
 - (B) ausente à audiência de instrução se faz representar por advogado e apresenta defesa.
 - (C) ausente à sessão de conciliação comparece à audiência de instrução e apresenta resposta.
 - (D) não apresenta resposta, mas comparece à audiência de instrução.
 - (E) deixa de apresentar contestação, mas apresenta reconvenção.
42. A respeito dos atos processuais no Juizado Especial Cível, é correto afirmar:
- (A) quando hajam de realizar-se fora dos limites territoriais da comarca do Juizado, devem ser requisitados por carta precatória.
 - (B) não devem ter sua nulidade pronunciada, senão quando desta resultar prejuízo.
 - (C) devem ser realizados em dias úteis, das 6 às 20 horas.
 - (D) devem ser reduzidos a termo escrito, sob pena de nulidade.
 - (E) dispensam a publicidade, devido ao caráter eminentemente privado dos litígios.
43. Assinale a alternativa correta acerca do pedido no Juizado Especial Cível.
- (A) Quando a parte estiver representada por advogado, o pedido deve ser apresentado por escrito.
 - (B) A exposição dos fundamentos jurídicos é requisito legal do pedido.
 - (C) É vedada a formulação de pedidos alternativos.
 - (D) O pedido pode ser alterado a qualquer momento, desde que antes da sentença, independentemente da anuência da parte contrária.
 - (E) A cumulação de pedidos só é possível se eles forem conexos e sua soma não ultrapassar o limite do valor de alçada.
44. Sobre as funções de conciliador e de juiz leigo, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz leigo pode dirigir audiências de instrução ou de conciliação, independentemente de supervisão do juiz togado.
 - (B) O juiz leigo encontra-se investido de poder jurisdicional.
 - (C) Ao atuar como árbitro, o juiz leigo pode decidir por equidade.
 - (D) O laudo arbitral produzido por juiz leigo, ao contrário da sentença, dispensa homologação pelo juiz togado.
 - (E) Tratam-se de funções incompatíveis com o exercício da advocacia.
45. Obtida a conciliação entre as partes, em sessão para tanto designada,
- (A) o termo de conciliação, após homologado pelo juiz togado, valerá como título executivo extrajudicial.
 - (B) restará à parte, eventualmente arrependida, recorrer da sentença homologatória.
 - (C) deve ser designada data para, em nova sessão, serem lavrados os termos do acordo a ser homologado pelo juiz togado.
 - (D) será proferida sentença homologatória e extinto o processo com resolução do mérito.
 - (E) o processo será extinto sem resolução do mérito.
46. Assinale a alternativa correta a respeito da audiência de instrução nos Juizados Especiais Cíveis.
- (A) Finda a instrução, é obrigatória a concessão de prazo para a entrega de memoriais.
 - (B) A parte contrária possui o prazo de 5 dias para se manifestar sobre documento novo apresentado na audiência de instrução.
 - (C) A prévia apresentação de contestação dispensa o réu do ônus de comparecer à audiência de instrução.
 - (D) Não é obrigatória a designação de audiência de instrução quando o processo versar matéria exclusivamente de direito.
 - (E) Finda a instrução, é obrigatória a concessão de oportunidade para debates orais.

47. Assinale a alternativa correta a respeito do pedido contraposto.
- (A) Deve se fundar nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia e ser formulado na contestação.
 - (B) Pode ser conexo com o pedido inicial ou com o fundamento da defesa e acarretar a ampliação objetiva do processo.
 - (C) Deve ser apresentado por escrito.
 - (D) A desistência ou extinção da ação não prejudica o julgamento do pedido contraposto.
 - (E) Pode ser apresentado pelo réu, em seu próprio nome, mesmo quando o autor demandar em nome de outrem.
48. Nos Juizados Especiais Cíveis, o número máximo de testemunhas para cada parte é de
- (A) 6, sendo até 2 para cada fato.
 - (B) 4.
 - (C) 3.
 - (D) 10, sendo até 3 para cada fato.
 - (E) 5.
49. Nos Juizados Especiais Cíveis, a sentença condenatória
- (A) deve ser líquida, porque vedado pedido genérico.
 - (B) deve ser líquida, ainda que genérico o pedido.
 - (C) pode ser de natureza diversa da pedida.
 - (D) pode condicionar a procedência do pedido a evento futuro e incerto.
 - (E) pode ser ilíquida, quando genérico o pedido.
50. A sentença condenatória transitada em julgado, que excedeu o valor de alçada estabelecido por lei para os Juizados Especiais Cíveis, será
- (A) anulável, a requerimento do prejudicado, por ação própria, no prazo de 4 anos.
 - (B) integralmente válida e eficaz, pois ocorrida prorrogação da competência.
 - (C) sujeita à ação rescisória, no prazo de 2 anos.
 - (D) nula de pleno direito, porque malfez norma cogente de competência absoluta.
 - (E) ineficaz apenas na parte que exceder o valor de alçada.

51. Conforme o conceito trazido pelo Código de Defesa do Consumidor, considera-se consumidor, por equiparação,
- (A) a pessoa jurídica de direito público que haja intervindo nas relações de consumo, na condição de vítima ou não.
 - (B) a coletividade de pessoas determináveis que tenham adquirido ou utilizado produto ou serviço como destinatário final, na condição de vítima ou não.
 - (C) o ente despersonalizado que tenha adquirido ou utilizado produto ou serviço como destinatário final.
 - (D) a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
 - (E) a pessoa, nacional ou estrangeira, que tenha adquirido ou utilizado produto ou serviço como destinatário final.
52. Com relação às definições trazidas pelo Código de Defesa do Consumidor, pode-se afirmar:
- (A) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza securitária e financeira.
 - (B) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, inclusive as de natureza trabalhistas.
 - (C) Serviço é toda atividade fornecida no mercado de capitais, inclusive as de natureza bancária e financeira.
 - (D) Serviço é toda atividade fornecida no mercado de trabalho, exceto as de natureza bancária e financeira.
 - (E) Serviço é toda atividade fornecida no mercado de capitais, exceto as de natureza securitária.
53. No que se refere à proteção e saúde do consumidor, assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode ser colocado no mercado de consumo qualquer produto que possa acarretar risco à saúde do consumidor.
 - (B) Produtos com alto grau de periculosidade somente poderão ser oferecidos ao mercado consumidor, desde que os fornecedores deem as informações alertando o consumidor a respeito.
 - (C) O fornecedor não é responsável pela periculosidade de um produto se, no momento de sua colocação no mercado, não tivesse conhecimento a esse respeito.
 - (D) Serviços não podem acarretar riscos à saúde ou segurança do consumidor, exceto aqueles considerados normais devido à sua natureza, devendo, nesse caso, ser devidamente informados ao consumidor.
 - (E) Produtos potencialmente nocivos ao consumidor são proibidos de ser oferecidos no mercado interno, podendo ser exportados desde que haja informação ao importador sobre o seu potencial lesivo.

54. Considera-se produto defeituoso
- (A) quando outro, de melhor qualidade e do mesmo fabricante, for colocado no mercado.
 - (B) aquele que apresenta alto grau de periculosidade.
 - (C) aquele que não oferece a segurança que dele, legitimamente, se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes.
 - (D) o produto nacionalizado, que não cumprir com as especificações nacionais aplicáveis à sua natureza.
 - (E) quando ofertado por propaganda considerada enganosa.
55. Sobre a responsabilidade pelo vício do produto, é correto afirmar:
- (A) se o produto que apresentar vício for entregue por encomenda, o consumidor poderá desistir da compra em até dez dias a contar de seu recebimento.
 - (B) se o vício não for sanado no prazo máximo de 60 dias, o consumidor pode exigir a substituição do produto por outro de mesma espécie.
 - (C) caso o produto não tenha seu vício sanado em 30 dias, o consumidor poderá exigir o abatimento proporcional do preço.
 - (D) as partes podem convencionar livremente o prazo para a substituição do produto com vício.
 - (E) se o vício não for sanado no prazo máximo de 30 dias, o consumidor pode exigir a restituição imediata da quantia paga, não sendo devido o pagamento por perdas e danos.
56. O prazo para reclamação pelos vícios do produto será
- (A) de 02 meses para a pretensão de reparação de danos causados pelo produto.
 - (B) de 120 dias, tratando-se do fornecimento de produtos duráveis e vício oculto.
 - (C) obstado pelo término da execução do serviço.
 - (D) de 60 dias no caso de fornecimento de produtos duráveis e vício aparente.
 - (E) de 30 dias, tratando-se do fornecimento de produtos não duráveis e vício aparente ou de fácil constatação.
57. É considerada prática abusiva:
- (A) a estipulação de prazo superior a 120 dias para prestação de serviços.
 - (B) a elevação de preços de serviços e produtos não duráveis.
 - (C) fixação, a critério exclusivo do fornecedor, do termo inicial do cumprimento da obrigação avençada.
 - (D) exigir o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas para revenda de produtos.
 - (E) estabelecer correção anual de preço para o fornecimento de produtos.
58. Na década de 60, em São Paulo, havia uma banda chamada *Os Amarelinhos*. Tratava-se de um grupo de meia dúzia de músicos que podiam ser contratados por credores que não houvesse recebido os valores que lhe eram devidos pelos consumidores de seus produtos. A banda postava-se à frente da residência do inadimplente e, com seus integrantes vestidos com uniformes amarelos, com a inscrição “cobrador” nas costas, tocava marchinhas populares.
- Essa prática, à luz do Código de Defesa do Consumidor,
- (A) configura prática enganosa.
 - (B) seria uma modalidade de cobrança permitida, pois trata-se de mera jocosidade.
 - (C) implica na possibilidade de o consumidor exigir repetição de indébito, recebendo o dobro do que pagou ao se sentir constrangido.
 - (D) quando comprovado o dano causado pela exposição do consumidor, implica em perdão da dívida.
 - (E) expõe o consumidor a constrangimento, não sendo admitida pelo referido Código.
59. Sobre as cláusulas abusivas à luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) são assim consideradas aquelas que estabeleçam a inversão do ônus da prova em prejuízo do fornecedor.
 - (B) não será considerada abusiva a cláusula que prever solução de controvérsias exclusivamente pela via arbitral.
 - (C) são abusivas as cláusulas que possibilitem a violação de normas ambientais.
 - (D) maculam o contrato de consumo cabalmente, invalidando-o por completo.
 - (E) as cláusulas contratuais não podem estabelecer qualquer tipo de limitação da indenização ao consumidor, sob pena de serem consideradas abusivas.
60. Nos contratos de adesão,
- (A) não poderá haver inserção de cláusulas além das já existentes no formulário, sob pena de serem considerados paritários.
 - (B) as cláusulas são estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, não podendo o consumidor alterá-las substancialmente.
 - (C) as cláusulas devem ser redigidas em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não deverá se inferir ao corpo dez, para compreensão do consumidor.
 - (D) todas as cláusulas, incluindo aquelas que preveem preço e limitações de direito, devem ser redigidas de maneira clara, sem ambiguidades e com formatação homogênea e de fácil leitura.
 - (E) não serão admitidas cláusulas resolutórias.

61. O consumidor deve ter acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) Bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter público.
 - (B) As informações negativas que eventualmente constem de tais cadastros não poderão ser superiores a 03 anos.
 - (C) O consumidor poderá solicitar a correção de dados imprecisos em seu cadastro, devendo o arquivista, no prazo de 10 dias, comunicar que a alteração foi efetivada.
 - (D) Sempre que solicitados, os sistemas de proteção ao crédito poderão fornecer informações a respeito dos consumidores, mesmo aquelas que venham a dificultar seu acesso ao crédito.
 - (E) A abertura de cadastro, ficha, registro ou dados pessoais não necessita comunicação escrita ao consumidor.
62. Com relação à proteção contratual estipulada nas disposições do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) o termo de garantia deve ser entregue ao consumidor devidamente preenchido, esclarecendo a forma da garantia, prazo e lugar no qual pode ser exercida, em até 07 dias após a contratação de produto ou serviço.
 - (B) as cláusulas contratuais serão interpretadas de forma mais favorável ao consumidor, salvo nos casos em que lhe tenha sido dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo.
 - (C) no caso de exercício de direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos durante o prazo de reflexão deverão ser devolvidos imediatamente, com atualização monetária.
 - (D) a garantia contratual deve ser conferida pelo prazo legalmente prescrito no Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) o consumidor poderá desistir do contrato, no prazo de 07 dias úteis a contar da assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que tal contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial.
63. Quanto à desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade civil na matéria consumerista, é correto afirmar:
- (A) as sociedades coligadas responderão solidariamente por dolo ou culpa.
 - (B) as sociedades integrantes dos grupos societários são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) será cabível em todos os casos de falência, insolvência ou encerramento da pessoa jurídica.
 - (D) é hipótese de desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver violação dos estatutos ou contrato social.
 - (E) as sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
64. A oferta de produtos ao mercado consumidor é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor. Assinale a alternativa correta.
- (A) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição até que cesse a exportação do produto.
 - (B) No caso de oferta por reembolso postal, devem constar da embalagem o nome e endereço do consumidor para sua perfeita identificação.
 - (C) Caso a imprecisão das informações sobre o produto conste de peças publicitárias, a empresa produtora desse material será responsável pelas perdas e danos sofridos pelo consumidor, sendo o fornecedor subsidiariamente responsável.
 - (D) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos e subsidiariamente responsável por seus representantes autônomos.
 - (E) É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
65. Suponha que seja veiculada publicidade sobre facas bem finas de alumínio que afirma a indestrutibilidade de tal produto, e sua capacidade de cortar até mesmo aço, mostrando cenas de lingotes desse metal sendo transfixadas pelo utensílio, sem necessidade de jamais ser afiada. Não fica claro, ao consumidor, que as cenas são fruto de efeitos especiais e que o produto, na realidade, não apresenta tamanha resistência. Sobre tal publicidade, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) não se trata de publicidade proibida pelo Código de Defesa do Consumidor, mas sim de mera jactância.
 - (B) é publicidade enganosa, pois é capaz de induzir o consumidor a erro quanto às verdadeiras características do produto.
 - (C) trata-se de publicidade abusiva, pois o consumidor está impossibilitado de verificar se as propriedades do produto são reais.
 - (D) é publicidade enganosa por omissão, apenas, por não informar dados essenciais sobre o produto.
 - (E) deve ser entendida como enganosa, pois incita a violência.
66. Considerando a responsabilidade pelo fato do produto e serviço, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade do profissional liberal será apurada mediante verificação de culpa.
 - (B) O produto é considerado defeituoso quando apresenta problemas de fabricação, ou outro, sem tais problemas e de melhor qualidade, é colocado no mercado.
 - (C) O comerciante é subsidiariamente responsável pelo fato de o produto não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
 - (D) O produtor será solidariamente responsável pelos danos causados ao consumidor pelo produto defeituoso, ainda que não o tenha colocado no mercado de consumo.
 - (E) O produto defeituoso é aquele que apresenta características díspares daquelas que constam de sua embalagem.

67. O Código de Defesa do Consumidor estabelece medidas de proteção contra vícios que sejam apresentados por produtos ou serviços. À luz dessas disposições, é correto afirmar que
- (A) serão considerados com vício aqueles que se tornarem obsoletos em vista do incremento tecnológico.
 - (B) o produto apresenta vício quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera.
 - (C) nos casos em que o consumidor concorre para a adulteração ou avaria do produto, o vício será considerado impróprio.
 - (D) em qualquer hipótese, na qual o produto apresentar vício, o consumidor pode, de imediata, exigir a substituição das partes viciadas ou a imediata substituição do produto por outro da mesma espécie e em perfeitas condições de uso.
 - (E) o fornecedor imediato do produto *in natura* será responsável perante o consumidor, salvo quando identificado claramente o produtor.
68. Quanto ao fornecimento de produtos ou serviços que envolva a outorga de crédito, assinale a alternativa correta.
- (A) Os juros moratórios não podem exceder 2% ao ano.
 - (B) O fornecedor deve informar o valor total da prestação a ser paga pelo consumidor, não sendo necessária a decomposição dos valores referentes a tributos e seguro creditício.
 - (C) Os juros remuneratórios não poderão exceder 12% ao ano.
 - (D) O consumidor poderá liquidar antecipadamente o débito, ainda que o prazo da dívida contratada seja inicialmente pactuada em 30 anos, inclusive com redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
 - (E) Nos contratos de consórcio, a multa contratual por desistência do grupo será capitalizada a juros de 12% ao ano, proporcional ao período vincendo das parcelas.
69. Quanto à defesa dos interesses e direitos dos consumidores, assinale a alternativa correta.
- (A) Pode ser exercida em juízo a título coletivo e mesmo individualmente.
 - (B) Deverão ser adotadas ações de rito sumaríssimo, objetivando maior rapidez na proteção da coletividade de consumidores.
 - (C) Será exercida quando se tratar de direitos difusos transindividuais e divisíveis.
 - (D) O Ministério Público, a União, os Estados, Municípios e as entidades de proteção ao crédito são legitimados, concomitantemente, para a defesa individual do consumidor em juízo.
 - (E) A determinação judicial de pagamento de indenização por perdas e danos afasta a aplicação de multa administrativa.
70. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
 - (B) os efeitos da sentença julgada procedente serão *erga omnes*, mas não beneficiarão os sucessores das vítimas.
 - (C) induzem litispendência para ações individuais.
 - (D) a sentença julgada improcedente por falta de provas fará coisa julgada *erga omnes*.
 - (E) não podem ser propostas no domicílio do autor.
- CÓDIGO DE ÉTICA**
71. Nos termos do Anexo II da Resolução n.º 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, é um dos deveres dos juízes leigos, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal, previstos expressamente:
- (A) atuar com destemor e independência em relação ao juiz togado.
 - (B) contribuir para o aprimoramento das instituições, do Direito e das leis.
 - (C) não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
 - (D) zelar pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da função de juiz leigo.
 - (E) abster-se da captação de clientela no exercício da função de juiz leigo.
72. O descumprimento das normas contidas na Resolução n.º 174/2013, que prevê, no Anexo II, o Código de Ética dos juízes leigos, resultará na(no)
- (A) instauração de processo administrativo disciplinar, que poderá culminar as penas de advertência, afastamento e inidoneidade para a função de juiz leigo.
 - (B) suspensão ou afastamento do juiz leigo que, neste caso, ficará impedido de atuar como auxiliar da justiça em qualquer outra unidade do Sistema dos Juizados Especiais.
 - (C) primeira infração, imposição de multa, e na reincidência, inidoneidade para o exercício da função de juiz leigo com efeitos em todo território nacional.
 - (D) instauração de processo administrativo disciplinar, visando romper o vínculo estatutário formado entre o Tribunal de Justiça e o juiz leigo.
 - (E) imediato descredenciamento do infrator do programa de juízes leigos do Tribunal de Justiça respectivo.

73. No exercício da função de auxiliares da justiça, os juízes leigos, nos termos do Anexo II da Resolução n.º 174/13 do Conselho Nacional de Justiça, têm o dever de buscar a resolução do conflito com qualidade, acessibilidade, transparência e respeito à dignidade das pessoas, priorizando o(a)
- judicialização.
 - rápida dedução da demanda ao Judiciário.
 - tentativa de resolução amigável do litígio.
 - ativismo judicial.
 - arbitragem.
74. O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução, em processos do Juizado Especial Civil, proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao juiz togado, para homologação. Suponha-se, no entanto, que, em um determinado caso concreto, o juiz togado considere que não é possível a homologação da decisão, pois é necessária a realização de atos probatórios indispensáveis, antes de ser prolatada a decisão. Nesse caso, tendo em vista os deveres do juiz leigo, contidos no Anexo II da Resolução n.º 174/13 do Conselho Nacional de Justiça, o juiz leigo deverá
- determinar que as partes questionem o juiz de imediato, pois o juiz leigo deve velar por sua honra e reputação pessoal.
 - manter sua decisão, pois cabe a ele zelar pela dignidade da Justiça, agindo com lealdade e boa-fé.
 - requerer a homologação do acordo à Turma Recursal, face à autonomia e independência funcionais.
 - cumprir a determinação, pois o juiz leigo subordina-se às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado.
 - informar as partes para que recorram da decisão do juiz, pois o juiz leigo encerrou seu ofício ao proferir a decisão.
75. Em audiência realizada nos termos da Lei n.º 9.009/95, juiz leigo, ao cumprir o dever de esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, dirige-se ao réu da demanda e afirma que, em seu julgamento, o pleito do autor deve prevalecer, pois encontra-se devidamente provado, devendo entrar em acordo, pagando ao autor o que este demanda. O réu discorda veementemente do juiz leigo e não é obtida a conciliação, seguindo o processo seu trâmite regular. Diante dos fatos apresentados, tendo em vista as previsões do Código de Ética do Juiz Leigo, o réu poderá representar perante
- o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados, pois o juiz leigo não se absteve de fazer pré-julgamento da causa.
 - ao Ministério Público Estadual, pois a conduta do juiz leigo é uma das hipóteses de improbidade administrativa.
 - a Seção da Ordem dos Advogados respectiva, por conta da parcialidade manifestada, tendo em vista que o juiz leigo deve ser advogado.
 - a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, pois o juiz leigo não informou às partes, de forma clara e imparcial, sobre os riscos e consequências de uma demanda judicial.
 - o Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a atuação do juiz leigo, pois cabe a ele receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares.
76. É vedado ao Juiz Leigo, nos termos da Resolução TJ/OE/RJ n.º 35/13:
- presidir audiências de instrução e julgamento.
 - colher provas em audiência de instrução.
 - presidir audiências de conciliação.
 - proferir decisão de embargos de declaração e de embargos à execução.
 - apresentar “projeto de sentença” ao Juiz de Direito do Juizado no qual exerça suas funções.
77. Dentre vários requisitos previstos na Resolução TJ/OE/RJ n.º 35/13, para o exercício da função de Juiz Leigo, encontra-se o seguinte:
- estar quite com as obrigações decorrentes do serviço militar obrigatório, se do sexo masculino, e com as obrigações eleitorais, para ambos os sexos.
 - ter aptidão física e mental, a ser comprovada por perícia a ser realizada pelo Tribunal de Justiça.
 - não exercer atividade político-partidária, ou ser filiado a partido político, podendo, no entanto, ser representante de órgão de classe ou entidade associativa.
 - ser brasileiro nato ou naturalizado, maior de 25 anos, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - não ser cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do Juiz Titular ou em exercício do Juizado Especial no qual exerça suas funções.
78. Os Juízes Leigos serão designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução TJ/OE/RJ n.º 35/13, para o exercício de suas funções pelo prazo de
- quatro anos, não sendo admitida a recondução, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, e poderão ser dispensados, a qualquer momento, atendendo à conveniência do serviço.
 - dois anos, admitida a recondução por apenas mais um período de dois anos, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, e poderão ser dispensados, a qualquer momento, atendendo à conveniência do serviço.
 - um ano, admitida a recondução por apenas mais um período de um ano, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, mediante experiência prévia de um mês, realizada no âmbito dos Juizados Especiais.
 - dois anos, admitida a recondução por apenas mais um período de dois anos, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, e poderão ser dispensados, a qualquer momento, mediante aviso prévio de um mês.
 - três anos, admitida a recondução por apenas mais um período de três anos, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, e não poderão ser dispensados, salvo motivo grave, a ser apurado pela Corregedoria do Tribunal.

79. Assinale a alternativa que trata, corretamente, de aspectos constantes da Resolução TJ/OE/RJ n.º 35/13.
- (A) Cabe ao órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fixação de normas para seleção e capacitação dos Juízes Leigos.
 - (B) A lotação de Juízes Leigos deverá guardar proporção com o número de servidores efetivos em cada unidade judiciária.
 - (C) Aplicam-se aos Juízes Leigos as normas disciplinares a que estão sujeitos os servidores da Justiça.
 - (D) Em caso de afastamento, a qualquer título, do Juiz Leigo, não lhe serão atribuídos os valores dos atos homologados.
 - (E) Pelo exercício da função de Juiz Leigo, será atribuída retribuição fixa, independentemente dos atos homologados ou acordos celebrados entre as partes.
80. José foi designado Juiz Leigo pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sendo sua primeira lotação para atuar no I Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital. Alguns dias após iniciar suas atividades, José sofre um acidente causado por um buraco na via pública e pretende acionar a Prefeitura Municipal para que esta pague pelos danos causados ao veículo. Neste caso, José
- (A) não poderá atuar como advogado, mesmo em causa própria, pois está impedido de advogar em todo o sistema estadual de Juizados Especiais da Fazenda Pública no Rio de Janeiro.
 - (B) não poderá atuar como advogado, de forma alguma, pois está impedido de advogar em qualquer juízo ou instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
 - (C) poderá atuar como advogado, desde que a demanda não seja distribuída para o I Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital.
 - (D) poderá atuar como advogado, apenas porque se trata de causa própria, ficando vedado o exercício da atividade apenas em relação a terceiros.
 - (E) não poderá atuar como advogado, mesmo em causa própria, pois está impedido de advogar em todo o sistema nacional de Juizados Especiais da Fazenda Pública.

